



PREFEITURA MUNICIPAL DE ANANINDEUA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
ASSESSORIA JURÍDICA

PARECER Nº 159/2016

PROCESSO N.º 414/2016

ASSESSORIA JURÍDICA/SEMED

**ASSUNTO: AQUISIÇÃO DE REFIL DE FILTRO PARA OS BEBEDOUROS INDUSTRIAIS
EXISTENTES NA REDE ESCOLAR MUNICIPAL**

CC.2016.001-SEMED

INTERESSADO: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

***EMENTA: Processo Licitatório. Lei 8.666/93.
Repetição de Ata de Julgamento e
Classificação. Ausência de Prejuízo às partes.
Possibilidade. Intempestividade da publicação
no Sistema Informatizado do TCM.
Formalismo Excessivo. Princípio da
Proporcionalidade.***

Sra. Secretária,

Versam os presentes autos de Procedimento Licitatório na modalidade de Convite.

RELATÓRIO:

Os autos tratam-se de procedimento licitatório para aquisição de filtros para utilização em bebedouros industriais existentes na Rede Municipal de Ensino.

O Termo de Referência (integrante do contrato administrativo a ser firmado com a licitante vencedora) expedido pela Diretoria Administrativa e Financeira desta SEMED aduz que os objetos a serem adquiridos devem possuir uma garantia de no mínimo 12 (doze) meses, sendo também este prazo o de vigência do contrato, foi despachado também pelo Setor Jurídico desta Secretaria a Minuta Contratual do processo.

Instada a se manifestar a Controladoria Geral do Município informou que o processo atendia às normas estabelecidas em lei e poderia prosseguir.

Após, o Ilustre membro da CPL enviou à PROGE minuta do Edital de Licitação, que, juntamente com a minuta do contrato e demais anexos, foi aprovado pelo Procurador Geral do Município.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ANANINDEUA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
ASSESSORIA JURÍDICA

A publicação do Aviso de Licitação foi publicada tempestivamente, tendo sido entregues (comprovadamente) o edital de licitação para cada participante do certame.

No dia marcado no Aviso de Licitação, as empresas não compareceram, tendo sido lavrada a Ata como DESERTA.

O PGM informou que a Ata de Julgamento que é considerada deserta não se enquadra nos termos legais de nenhuma das hipóteses de finalização do processo licitatório, informando que a administração deve simplesmente declarar a deserção no encerramento.

Através do Ofício de n.º 5049/16-GAB/SEMED a Ilustre Secretária de Educação solicitou a Repetição dos procedimentos licitatórios relativos ao processo 414/16, encaminhando ao PGM.

O Exmo. PGM encaminhou à CPL para providências.

A CPL informou que procederia à dispensa de novo parecer jurídico e minuta de edital em razão do termo de referência e demais anexos não terem sofrido alterações.

Foi marcado nova Ata de Julgamento para o dia 11 de Novembro de 2016, tendo sido publicado o Aviso de Licitação no dia 04/11/16.

Foram devidamente entregues o edital de licitação, bem como foram anexadas as documentações e certidões (atualizadas) de praxe.

Foi devidamente realizada a Ata de Julgamento e Classificação por repetição, sendo classificada em primeiro lugar a empresa XTC Comércio e Instrumentos Hospitalares LTDA.

O Relatório foi devidamente realizado e a CPL informou que não houveram incidentes e nem impugnações.

A PROGE informou que o certame se encontrava dentro das exigências da lei e a licitante vencedora se enquadrava nas disposições da legislação.

A Controladoria Geral do Município emitiu parecer final constatando que deveria ter sido criado outro processo licitatório e não deveria ter acontecido a repetição do mesmo processo que havia sido considerado deserto, atentando-se para o fato de que a publicação no portal dos jurisdicionados (site do TCM) teve suas publicações intempestivas.

O Exmo. Procurador Geral do Município chamou o feito à ordem e encaminhou à SEMED.

É o que nos cabia expor.

FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA E CONCLUSÃO:



PREFEITURA MUNICIPAL DE ANANINDEUA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
ASSESSORIA JURÍDICA

O Convite é uma modalidade de licitação prevista na Lei 8.666/93. O Procedimento Licitatório ocorreu de forma normal, sem intercorrências, sendo consideradas válidas as propostas apresentadas pelas empresas, bem como as documentações e certidões exigidas estavam de acordo. A empresa vencedora também foi considerada apta em todas as situações, bem como os Termos de Referência e as Propostas apresentadas encontravam-se em sintonia, assim sendo o processo está totalmente dentro dos padrões da legislação e da praxe administrativa.

A dúvida que surge do parecer final emitido pela CGM se trata acerca da repetição da Ata de Julgamento, situação na qual a primeira Ata não resultou no arquivamento do processo e criação de outro.

Ora, devemos ressaltar que a intenção da Lei de Licitações (e especialmente quando tratamos acerca da modalidade convite – menor preço global) não é a observação rigorosa da forma ou do formalismo excessivo de uma maneira geral, ao contrário, tal modalidade é utilizada pela Administração visando o seu aspecto de celeridade.

Dessa forma, percebemos que deixar de aprovar um procedimento licitatório que se revestiu de todas as disposições legais obrigatórias e, somente naquilo que a lei não trata especificamente, faltou com a *práxis* (que é a repetição de Ata de Julgamento em razão da ausência dos licitantes num primeiro momento) não pode ser penalizada com a anulação do certame somente por este fato (que não é contrário a nenhuma disposição legal pertinente à Lei das Licitações).

a Administração está constrangida a adotar a alternativa que melhor prestigie a racionalidade do procedimento e de seus fins. Não seria legal encampar decisão que impusesse exigências dissociadas da realidade dos fatos ou condições de execução impossível. O princípio da proporcionalidade restringe o exercício das competências públicas, proibindo o excesso. A medida limite é a salvaguarda dos interesses públicos e privados em jogo. Incumbe ao Estado adotar a medida menos danosa possível, através da compatibilização entre os interesses sacrificados e aqueles que se pretende proteger. (JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários... 11. ed. São Paulo: Dialética, 2005, citando MS nº22.050-3, T. Pleno, rel. Min. Moreira Alves, j. 4.5.95, v.u. DJ de 15.9.95)

Logo, entendemos que, no caso apresentado, devemos atenuar o formalismo administrativo em função do Interesse Público e a necessidade desta Secretaria de adquirir desde logo o objeto licitado em prol da população da Rede Municipal de Ensino.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ANANINDEUA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
ASSESSORIA JURÍDICA

Portanto, o ato, apesar de praticado em possível desconformidade com a regra, teve o poder de atender ao que se pretendia quando fixada a exigência. Portanto, inexistindo violação a princípios ou prejuízo a terceiros, não há que se falar em nulidade, devendo o feito seguir seus trâmites legais e administrativos.

É o PARECER salvo melhor juízo.

Ananindeua, 15 de Dezembro de 2016.

WALDRÉA DO S. L. DA SILVA
Assessora Setor Jurídico (OAB/PA 21345)

ALBERTINA CAMPOS ANGELIM
Diretora do Núcleo Jurídico-SEMED

Albertina C. Angelim
Chefe Núcleo Jurídico/SEMED
Advogada OAB-PA/6919